

SUPLEMENTO

Diário Oficial

ESTADO DE SÃO PAULO

v. 94

n. 129

São Paulo

quarta-feira, 11 de julho de 1984

PODER EXECUTIVO

RELAÇÃO DOS CONCLUINTEs DOS CURSOS DE 2.º GRAU, EM 1983, NO ESTADO DE SÃO PAULO

A Secretaria de Estado da Educação dando continuidade à sistemática de verificação da regularidade e autenticidade de vida escolar, introduzida pela Resolução SE n.º 25/81, alterada pela Resolução 234/81,

para fins de validade de Certificados de Conclusão de Cursos e Registro de Diplomas, edita neste Suplemento do Diário Oficial a relação dos alunos concluintes de cursos de 2.º Grau, ano letivo de 1983.

Paulo Renato Costa Souza Secretário de Estado da Educação.

RESOLUÇÕES QUE TRATAM DO REGISTRO DE DOCUMENTOS ESCOLARES

Resolução: SE-25, de 9-2-81

Dispõe sobre Documentos Escolares

O Secretário de Estado da Educação, considerando que a administração do sistema de ensino e responsável juntamente com a direção da escola pela regularidade da vida escolar do estudante; a necessidade de medidas que uniformizem e simplifiquem os procedimentos relativos à autenticação de documentos escolares; as disposições do Decreto 14.624-79, relativo ao Programa Estadual de Desburocratização, resolve:

Artigo 1.º — O exame e o visto dos documentos escolares, observadas as disposições próprias de legislação, e, especialmente, os artigos 78, inciso II, "p" e 79, inciso II, "a" usque "j" do Decreto 7.510-76, serão providenciados nos termos desta Resolução.

Artigo 2.º — A verificação da regularidade e autenticidade da vida escolar far-se-á exclusivamente na escola onde o aluno concluiu o curso ou grau de qualquer modalidade e, ao final do mesmo, mediante análise dos documentos que permitiram a matrícula nas sucessivas séries, observadas as normas desta Resolução.

Artigo 3.º — Os estabelecimentos de ensino, através das respectivas Delegacias de Ensino, mandarão publicar no Diário Oficial do Estado, relação dos concluintes de 1.º e 2.º graus, sob a responsabilidade do Diretor, conferida e visada pelo Supervisor de Ensino.

§ 1.º — A relação referida no "caput" conterá o ato que autorizou o funcionamento ou concedeu reconhecimento, os nomes dos concluintes com o número da cedula de identidade (RG) ou filiação, e o respectivo curso ou grau;

§ 2.º — O prazo para o encaminhamento das relações para publicação é de até sessenta dias após a conclusão do curso ou grau, exceto para os concluintes do ano letivo de 1980, que será contado a partir da vigência desta Resolução; (*)

§ 3.º — As relações referidas serão elaboradas em três vias, assinadas no verso pelas autoridades mencionadas no "caput" deste artigo, destinadas, cada uma delas, à Imprensa Oficial, à escola e à Delegacia de Ensino, para conferência e arquivo, observadas as disposições do Decreto 16.435-80; (*)

§ 4.º — A publicação referida no "caput" deste artigo servirá como prova de regularidade e autenticidade da vida escolar, cabendo às autoridades escolares das unidades onde venham a se matricular os alunos, registrá-la nos documentos a que se refere esta Resolução;

Artigo 4.º — As transferências entre unidades escolares vinculadas ao sistema estadual de ensino terão os documentos encaminhados por meio dos interessados, ou das próprias escolas, não sendo aceitos

Parágrafo único — Ocorrendo alguma dúvida quanto à legalidade do documento, o Diretor deverá dirigir-se à respectiva Delegacia de Ensino, que efetuará as diligências necessárias.

Artigo 5.º — Os Supervisores de Ensino, no desempenho de suas atribuições, deverão tomar as seguintes providências:

I — Verificar prontuários dos alunos das séries finais de cada grau ou curso, observando a correção da carga horária, componentes curriculares, adaptações, dependências, estágios e demais aspectos necessários;

II — Verificar se os currículos cumpridos estão de acordo com a legislação, inclusive no que se refere à nomenclatura das disciplinas e cargas horárias;

III — Desenvolver trabalho de orientação, a fim de prevenir irregularidades;

IV — Anotar, em termo de visita, as providências julgadas necessárias, relativamente aos casos verificados;

V — Verificar a correção dos documentos escolares em seus aspectos formal e de conteúdo, inclusive a identificação do Diretor e Secretário, responsáveis pelos mesmos.

Artigo 6.º — As Delegacias de Ensino deverão manter o arquivo das atas de resultados finais, referidas no artigo 79, inciso II, "i", do Decreto 7.510-76, independentemente das relações de concluintes, terminada no § 3.º do artigo 3.º, desta Resolução.

Artigo 7.º — O registro de Diplomas e Certificados de conclusão de cursos profissionalizantes de 2.º grau, com validade estadual, de competência dos Delegados de Ensino na forma do artigo 144, inciso XX, do Decreto 7.510-76, continuará sendo realizado pela forma em vigor.

Artigo 8.º — Verificada em qualquer tempo irregularidade que implique em anulação de atos escolares, compete ao Diretor da Escola a anulação dos mesmos, em relação ao estabelecimento de ensino que dirige.

Parágrafo único — O ato anulatório do Diretor da escola deverá ser homologado pelo Supervisor e comunicado ao Delegado de Ensino que providenciará sua publicação no Diário Oficial do Estado e informará ao Ministério da Educação e Cultura.

Artigo 9.º — Esta Resolução entrará em vigor em 1.º de abril de 1981, revogadas as disposições em contrário, especialmente o artigo 4.º da Resolução SE-190, de 20 de dezembro de 1977 e Resolução SE-208, de 14 de outubro de 1976.

(Publicado no D.O. 91(028), de 10-2-81

* Alterados pela Res. SE-234, de 13-11-81

Resolução: SE-234, de 13/11/81

Dá nova redação os parágrafos 2.º e 3.º, da Resolução SE-25-81 que dispõe sobre documentos escolares.

O Secretário de Estado da Educação, considerando o que lhe apresentou o Grupo de Trabalho para a desburocratização e a necessidade de imediata expedição de documentos escolares sujeitos a registro para fins de exercício profissional, ou para prosseguimento de estudos, resolve:

Artigo 1.º — Os parágrafos 2.º e 3.º, do artigo 3.º, da Resolução SE-25, publicada no dia 10 e retificada em 12-2-81 passam a ter a seguinte redação:

"Artigo 3.º:

§ 2.º — O prazo para o encaminhamento das relações para publicação será, para o 2.º grau, até o último dia útil da primeira quinzena do mês de fevereiro e para o 1.º grau, até o último dia útil do mês de abril".

§ 3.º — As relações referidas serão elaboradas em três vias, em impresso próprio distribuído pelas Delegacias de Ensino, assinadas pelas autoridades mencionadas no "caput" deste artigo, destinadas, cada uma delas, à Imprensa Oficial, à escola, e à Delegacia de Ensino, para conferência e arquivo, observadas as disposições do Decreto 16.435 de 1980".

Artigo 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

(Publicada no D.O. — Seq. I, 91 (216), de 14-11-81)

Resolução: SE-82, de 19-4-82

Dispõe sobre registro de diplomas e certificados de habilitações profissionais de 2.º grau.

O Secretário de Estado da Educação considerando: o disposto na Portaria MEC 629, de 26 de novembro de 1981, e o Convênio MEC-SE, publicado em 18 de fevereiro de 1982;

o inciso XX do artigo 144 do Decreto 7.510-76, com a redação dada pelo Decreto 18.412, de 2 de fevereiro de 1982; as disposições da Resolução SE 25-81, com as alterações introduzidas pela Resolução SE-234-81;

o Comunicado Conjunto DEMEC-SE, de 24 de março de 1982, resolve:

Artigo 1.º — O registro de diploma ou certificado de habilitação profissional em nível de 2.º grau, obtido por via regular ou supletiva, para efeito do disposto no parágrafo único do artigo 16 da Lei 5.692-71, e artigo 13 da Resolução CFE-2-72, será efetuado pela unidade que expediu o documento, desde que o nome do interessado tenha sido publicado no Suplemento do Diário Oficial do Estado, a que se refere a Resolução SE 25-81, observadas as demais disposições desta Resolução.

Parágrafo único — O registro referido no "caput" conterá indicação do Suplemento, data e página da publicação do nome do titular.

Artigo 2.º — Serão registrados nas Delegacias de Ensino os diplomas e certificados:

I — em que a data da conclusão da habilitação profissional, for posterior à data da publicação do Suplemento, dentro do mesmo ano, ou quando não publicado o nome do interessado, mediante justificativa do Diretor;

II — expedidos por instituições estrangeiras, conforme dispõem os artigos 3.º e 9.º da Resolução CFE 4, de 7 de julho de 1980.

§ 1.º — Os diplomas e certificados a serem registrados nas condições especificadas no inciso I deste artigo, deverão ser acompanhados dos respectivos históricos escolares e relação nominal dos titulares, com identificação pessoal, curso, data da autorização de funcionamento ou reconhecimento.

§ 2.º — Os títulos a que se refere o inciso II serão acompanhados da documentação prevista na Resolução C.F.E. n.º 4/80.

§ 3.º — A unidade escolar, na época própria, elaborará uma relação dos titulares a que se refere este artigo para edição em anexo, no Suplemento do ano subsequente.

Artigo 3.º — Os diplomas expedidos antes da vigência da Lei 5.692/71 estão dispensados de registro para efeito de validade nacional, nos termos do parágrafo único do artigo 1.º do Decreto Federal 70.661/72 desde que o referido diploma tenha sido obtido em cursos regulares do sistema estadual de ensino e registrado até 11 de agosto de 1971, pelas Secretarias de Educação dos Estados e Distrito Federal.

§ 1.º — Os diplomas expedidos à luz os dispositivos anteriores à Lei 5.692/71 até o ano de 1980, inclusive, terão assegurados, nos termos da Resolução CFE 1/77, o direito a registro, para efeito de validade nacional.

§ 2.º — Os diplomas e certificados obtidos por via regular ou supletiva, correspondentes às diversas habilitações em nível de 2.º grau, cujos conteúdos profissionalizantes tenham sido fixados pelo Conselho Estadual de Educação terão validade estadual, devendo ser declarada esta condição nas anotações referidas no parágrafo único do artigo 1.º.

Artigo 4.º — Terão assegurado o direito a registro nos termos do parágrafo único do artigo 16 da Lei 5.692/71;

I — os diplomas de habilitação profissional de 2.º grau obtidos por via regular ou supletiva que confirmem os seguintes títulos:

a) de Técnico, quando titulado apresentar em seu currículo o equivalente à Educação Geral e aos mínimos profissionalizantes fixados pelo Conselho Federal de Educação para a habilitação profissional plena, bem como comprovar haver realizado o estágio ou exercício profissional supervisionado, quando exigido pela respectiva habilitação conforme previsto no plano de curso do estabelecimento.

b) de Professor (1.ª a 4.ª série do ensino de 1.º grau), quando o titular apresentar em seu currículo o equivalente à Educação Geral, aos mínimos profissionalizantes da Habilitação Específica de 2.º Grau, para o Magistério e comprovar haver realizado o estágio supervisionado exigido para a habilitação conforme previsto no plano de curso do estabelecimento;

II — os certificados de curso ou habilitação em nível de 2.º grau, obtidos por via regular ou supletiva, quando o titular apresentar em seu currículo:

a) o equivalente à Educação Geral e aos mínimos profissionalizantes selecionados para a habilitação profissional parcial dentre os mínimos fixados pelo Conselho Federal de Educação para a habilitação plena;

b) — o equivalente à Educação Geral e aos componentes curricu-

lares da parte de formação especial, fixada pelo Conselho Federal de Educação para a habilitação parcial;

c) — o equivalente à Educação Geral e às disciplinas instrumentais e específicas fixadas por Pareceres específicos de cada habilitação básica federal;

d) — apenas o equivalente aos mínimos profissionalizantes, fixados pelo Conselho Federal de Educação para a habilitação profissional plena, obtido por via supletiva;

e) — apenas o equivalente aos mínimos profissionalizantes, selecionados para a habilitação profissional parcial, dentre os mínimos fixados pelo Conselho Federal de Educação para a habilitação plena;

f) — apenas o equivalente aos componentes curriculares da parte de formação especial, fixados pelo Conselho Federal de Educação para a habilitação parcial.

Artigo 5.º — Terão assegurado o direito a registro, nos termos do artigo 13 da Resolução CFE 2-72:

I — Os diplomas de habilitações profissionais de 2.º grau, obtidos por via regular ou supletiva, que confirmem o título de Técnico, referido na alínea "a" do inciso I do artigo 4.º, cujos mínimos profissionalizantes tenham sido fixados pelo Conselho Estadual de Educação, ao instituir a habilitação profissional respectiva;

II — os certificados de habilitações profissionais de 2.º grau referidas nas alíneas "a", "b", "d", "e" e "f" do inciso II do artigo 4.º, cujos mínimos tenham sido baixados pelo Conselho Estadual de Educação ao instituir a respectiva habilitação.

Artigo 6.º — Não farão jus ao registro, mesmo no caso de assegurarem prosseguimento de estudos nos termos da legislação vigente, ainda que provenientes de cursos oficializados, os seguintes certificados:

I — de cursos, em nível de 1.º grau, obtidos por via regular;

II — de cursos ou exames de suplência de educação geral, em nível de 1.º grau;

III — de cursos de Aprendizagem ou Qualificação Profissional I e II;

IV — de conclusão de ensino de 2.º grau, quando o titular apresentar em seu currículo o equivalente à Educação Geral e às disciplinas instrumentais e específicas fixadas pelo Parecer do Conselho Estadual de Educação que instituiu a Formação Profissionalizante Básica (Setores Primário, Secundário e Terciário);

V — de conclusão de ensino de 2.ª grau, quando o titular apresentar em seu currículo o equivalente à Educação Geral e aos mínimos profissionalizantes fixados pelos Conselhos Federal e Estadual de Educação para a habilitação plena, mas não comprovar haver realizado estágio ou exercício profissional supervisionado, quando exigido pela habilitação;

VI — de conclusão de 3.ª série de Habilitação Específica de 2.ª grau para o Magistério;

VII — de conclusão de 3.ª série do ensino de 2.º grau, quando os estudos realizados em 3 séries, por via regular ou no regime de matrícula por disciplina, corresponderem a todos os componentes curriculares de Educação Geral e, quando na carga horária da parte de formação especial, estiverem previstas 300 horas de disciplinas profissionalizantes;

VIII — de conclusão de série ou conjunto de disciplinas de ensino de 2.º grau ou do ensino supletivo deste nível;

IX — de cursos de suplência de Educação Geral em nível de 2.º grau;

X — de exames de suplência de Educação Geral em nível de 2.º grau.

Artigo 7.º — As apostilas efetuadas pelo Diretor do estabelecimento em diplomas já registrados, referentes a estudos realizados na 4.ª série do ensino de 2.º grau, caracterizados como aprofundamento de estudos de determinada habilitação profissional, cujos mínimos profissionalizantes tenham sido fixados pelo Conselho Federal de Educação, deverão ser publicadas no Suplemento a que se refere a Resolução SE 25-81.

Artigo 8.º — Os certificados correspondentes ao aprofundamento de estudos na Pré-Escola, expedidos na forma do Parecer CEE 410-82, publicado em 31 de março de 1982, serão registrados para fins de exercício profissional, nos termos desta Resolução.

Artigo 9.º — As instituições criadas por leis específicas e Secretarias Municipais de Educação que mantem por delegação, o Sistema de Supervisão, na forma da Deliberação CEE 18-78, efetuarão os registros correspondentes, observados os termos desta Resolução.

Artigo 10.º — Os diplomas e certificados que não foram registrados na época oportuna poderão sê-lo comprovada a autenticidade do documento, na Delegacia a qual estiver jurisdicionada a escola que o expediu, ou no caso de extinta, na Delegacia que mantiver o respectivo acervo.

Artigo 11.º — O registro dos diplomas e certificados de habilitações profissionais expedidos pelo Centro de Exames Supletivos obedecerá instruções do Departamento de Recursos Humanos, publicando anualmente a relação dos interessados, na forma determinada pela Resolução SE n.º 25-81.

Artigo 12.º — Aplicam-se as disposições desta Resolução aos concluintes do ano letivo de 1980, observadas as retificações que deverão constar do Suplemento referente ao ano de 1981.

Artigo 13.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, especialmente as Resoluções SE 191-80, 58-82 e 63-82.

Este suplemento contém 528 páginas